



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

(Do Senhor Eduardo da Fonte)

Requer que seja realizada reunião de audiência pública para discutir com o Banco do Brasil a política de fechamento de agências na Região Nordeste e, em especial, no Estado de Pernambuco.

Senhor Presidente,

Nos termos dos arts. 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, **REQUEIRO** a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, que seja realizada reunião de audiência pública para discutir o com o Banco do Brasil a política de fechamento de agências na Região Nordeste e, em especial, no Estado de Pernambuco.

Sugiro que sejam convidados:

- o Sr. Paulo Rogério Caffarelli, Presidente do Banco do Brasil;
- o Sr. Lucrecio Gomes, Prefeito do Município de Escada – PE; e
- Representante do PROCON de Pernambuco.

JUSTIFICATIVA

O Banco do Brasil vem implantando uma política de fechamento de agências por todo o país e, em especial, no Nordeste. Essa decisão do Banco é um enorme retrocesso e uma afronta ao direito do consumidor.

No dia 18/10, a Superintendência estadual do Banco do Brasil em Pernambuco determinou o fechamento de 12 agências no interior até o fim de 2017. Com isso, o banco encerrará unidades nas três regiões do interior do



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Estado, atingido os municípios de Escada, Poção, Ipubi, Terra Nova, Jatobá, Jataúba, Orocó, Riacho das Almas, Guaraci, São Miguelinho, Vertentes e Palmerina.

A consequência dessa política será o aumento do desemprego e uma perda econômica estimada de 25% a economia local, pois diminuem os investimentos e a circulação da moeda. O fechamento das agências significará a inacessibilidade de parte da população mais carente aos serviços bancários.

O fechamento das agências provocará um grave prejuízo aos idosos e pensionistas que para receberem seus benefícios terão de se deslocar dos municípios onde residem para outras cidades mais distantes. Isso além de criar um custo extra para os mais necessitados, expõem os idosos à violência devido ao fato de precisarem portar dinheiro em espécie por mais tempo que o necessário.

Por se tratar de uma questão tão sensível ao consumidor, entendo necessário debater o assunto com o Presidente do Banco do Brasil, com o PROCON/PE e com representantes dos municípios afetados.

Sala das Sessões, em de novembro de 2017.

Deputado EDUARDO DA FONTE
PP/PE